

CONFEDERAÇÃO
EVANGÉLICA DO BRASIL

RELATÓRIOS

Biênio 1934 - 1936

RIO DE JANEIRO

1936



BV 2370 .C74 R4 1934-36
Conf edera c ao Evang elica
do Brasil.
Relat orios

**CONFEDERAÇÃO
EVANGÉLICA DO BRASIL**



RELATÓRIOS

Biênio 1934 - 1936

RIO DE JANEIRO

1936

May 1844-56

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Av. Erasmo Braga, 12 - s. 3 — Caixa 260 — Tel. 22 - 7413
Rio de Janeiro

1934 — 1936

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO

Presidente: rev. Mattathias G. dos Santos.

1º Vice-Presidente: rev. Odilon Moraes.

2º Vice-Presidente: sr. J. L. Fernandes Braga (depois substituído pelo rev. dr. H. C. Tucker).

Secretário Geral: rev. Epaminondas M. do Amaral.

Secretário de Atas: sr. Evonio Marques (depois substituído pelo dr. Remigio C. Fernandes Braga).

Tesoureiro: rev. Franklin T. Osborn.

CONSELHO DE IGREJAS EVANGÉLICAS DO BRASIL

Presidente: rev. Jonathas T. de Aquino.

Secretário Executivo: rev. dr. Benjamin Moraes Filho.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO

Presidente: rev. Guaracy Silveira.

Secretário Executivo: rev. Epaminondas M. do Amaral.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Presidente: rev. Galdino Moreira.

Secretário Executivo: rev. Rodolfo Anders.

1936 — 1938

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO

Presidente: rev. Mattathias G. dos Santos.

1º Vice-Presidente: rev. dr. W. H. Moore.

2º Vice-Presidente: rev. Jonathas T. de Aquino.

Secretário Geral: rev. Epaminondas M. do Amaral.

Secretário de Atas: rev. Silas Coutin.

Tesoureiro: rev. Franklin T. Osborn.

CONSELHO DE IGREJAS EVANGÉLICAS DO BRASIL

Presidente: rev. Jonathas T. de Aquino.

Secretário Executivo: rev. dr. Benjamin Moraes Filho.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO

Presidente: rev. Odilon Moraes.

Secretário Executivo: rev. Epaminondas M. do Amaral.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Presidente: rev. Galdino Moreira.

Secretário Executivo: rev. Rodolfo Anders.



RELATÓRIO DO SECRETARIO GERAL

Rev. Presidente e dignos delegados.

Saudações cristãs.

Chegados ao fim do 1.º biênio de vida da Confederação Evangélica do Brasil, que nasceu da fusão de 3 entidades cooperativas — a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, a Comissão Brasileira de Cooperação e o Conselho Evangélico de Educação Religiosa do Brasil — cumpre agora examinar o caminho percorrido pela mais representativa organização do evangelismo pátrio, surgida para “expressar e estimular a unidade substancial do protestantismo, coordenar suas forças em ação conjunta, e manter relações com a Igreja de Cristo em todo o mundo”.

UNIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nascida da união de 3 entidades cujas funções são exercidas, de alguma forma, pelos seus 3 novos Conselhos — o de Igrejas, o de Cooperação e o de Educação Religiosa — a nova entidade geral resultante reclamava e reclama cuidados especiais, no sentido da unificação, a qual se revelará no funcionamento do novo aparelho, em seu aspecto puramente administrativo, e, de maneira mais importante, na coordenação das funções diversas. Tanto no que diz respeito ao primeiro como ao segundo aspecto, naturalmente se exigiu, da secretaria geral e dos responsáveis pelos demais departamentos, especial interesse, para serem vencidas as naturais dificuldades. Temos a impressão de que a experiência do biênio afirma que muito se conseguiu no caminho da unificação. Vale dizer: os Conselhos da Confederação e o departamento especial que é o Centro Brasileiro de Publicidade funcionaram, dentro de diferentes modalidades de autonomia, como órgãos independentes mas

harmônicos. E é oportuno registrar que para isso concorreu a feliz harmonia cristã que reina, intensa, entre secretários e os maiores responsáveis pela obra.

A experiência fala em favor da unificação oficialmente realizada, ou esta fez maior ainda a complexidade? Não seria justo um pronunciamento pessimista, que às vezes é provocado pela aparência superficial. Não temos mais 3 organizações gerais, com 3 administrações e 3 orçamentos, com finalidades em alguns pontos comuns, e nem a multiplicidade de representantes requerida de algumas Igrejas. O que ainda empresta aparência de complexidade é a necessária subdivisão em 3 Conselhos, que se explica de maneira fácil e natural: — a atual situação do evangelismo brasileiro requer um lugar para as sociedades missionárias estrangeiras nos quadros de nossas organizações gerais, cujos largos objetivos não podem permitir que elas retirem o seu concurso; não temos ainda meios para manter sozinhos a Confederação; ha interesses públicos e interesses internos das Igrejas que não consentem a presença de elementos que não sejam apenas representantes de Igrejas brasileiras: daí a necessidade de uma entidade que seja una, mas tenha o recurso de Conselhos ou departamentos especiais, em que caibam todos os reclamos da causa evangélica. Alcancemos nós alguns degraus mais na escalada que fazemos, e não será objeto de dúvida que, proposta uma reforma que dê perfeita homogeneidade e simplicidade à Confederação, as sociedades missionárias estrangeiras saudarão, com alegria, o advento dessa promissora situação, dentro da qual elas, membros auxiliares, darão força moral e auxílio cristão às Igrejas nacionais bem fortemente aproximadas dentro da Confederação.

Basta comparar as despesas anteriores e o pessoal empregado, para notar que a unificação trouxe economia sensível de gastos, ao lado da economia de esforços. A unificação valeria por si mesma: recomenda-se mais pela eliminação de despesas.

QUADRO SOCIAL

Na Assembléia organizadora da Confederação, resolveu-se que fossem considerados membros provisórios até dezembro de 1934, enquanto não se pronunciassem, 3 antigas organizações filiadas à

Comissão Brasileira de Cooperação: o Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church U.S.A., o Board of Foreign Missions of the Methodist Church, South, e a Religious Tract Society. A Diretoria, em janeiro de 1935, prorrogou esse prazo e o encerrou em 18 de julho, arrolando somente a primeira dessas organizações, que se havia pronunciado favoravelmente, não tendo havido até essa data nenhuma comunicação das outras, devendo assinalar-se, além disso, que a terceira entidade mencionada não estava em condições de filiar-se, por não ter trabalho efetivo no Brasil e ter-se fundido com outra organização.

Mais tarde, a organização resultante dessa fusão — a United Society for Christian Literature — fez pedido de filiação, que foi considerado pela Diretoria a 12 de novembro de 1935 e 27 de abril de 1936, decidindo-se, nesta última reunião, “receber a referida sociedade como membro correspondente da Confederação, esperando que possa ainda a sociedade ficar em condições de ser membro efetivo; e devendo a presente resolução ser relatada” a esta Assembléia.

Nos últimos dias do biênio, foi recebida carta do Board of Foreign Missions of the Methodist Church, South, manifestando o propósito de cooperar em nossa obra. Tratando-se de antigo membro da Comissão Brasileira de Cooperação, e que fôra considerado filiado provisoriamente á C.E.B., a Diretoria resolveu arrolá-lo, ad-referendum da Assembléia, sem outras formalidades.

Para que se regularize e torne mais racional a relação da C.E.B. com diferentes entidades, especialmente do estrangeiro, e haja a devida discriminação, a secretária geral lembra a conveniência de ser modificado, ou antes ampliado, o Regulamento, de modo que as grandes organizações estrangeiras e internacionais com que temos estreitas relações ou a que devemos ser filiados não figurem, de maneira anômala, como membros correspondentes da Confederação, antes sejam arroladas em seu devido lugar, e com direito a representantes em nosso trabalho, nos mesmos termos em que os membros correspondentes os possuem.

DEPARTAMENTOS

Pelo mecanismo adotado em sua Constituição, as funções todas da C.E.B., norteadas de modo geral por sua Assembléia, são exe-

cutadas pelos 3 Conselhos — peças da essência do sistema — e por outras organizações autônomas com ela relacionadas.

O relatório do secretário geral é bem uma introdução aos relatórios que os secretários executivos dos Conselhos apresentam, e nos quais se dá conta do que estes puderam fazer no biênio. Os informes do Conselho de Igrejas, os relatórios dos Conselhos de Cooperação e Educação Religiosa, e bem assim o do Centro Brasileiro de Publicidade — departamento de divulgação de literatura relacionado com a C.E.B. — apresentando serviços realizados, trazem ao nosso espírito, numa visão caleidoscópica, muito da momentosa, complexa e grandiosa obra que incumbe aos filhos de Deus realizar no Brasil. Esses relatórios falarão por si, e atestarão, em conjunto, e na harmonia da obra, que a Confederação Evangélica vai caminhando para sua consolidação.

DIRETORIA

Reuniu-se 19 vezes, no biênio, a Diretoria, sendo 6 no ano de 1934; 10, no de 1935; e mais 3 vezes, no 1.º semestre de 1936. Ocupou-se, nessas reuniões, de multiplicados assuntos — aspectos diversos da administração, especialmente o financeiro; provisão de vagas na própria Diretoria e nos Conselhos de Cooperação e Educação Religiosa; e assuntos concernentes a grandes interesses gerais. Tendo-se verificado as vagas do 2.º vice-presidente, secretário de atas, cargos respectivamente ocupados pelo sr. José Luiz Fernandes Braga Junior, que deixou de ser delegado em virtude de não ser mais arrolada na C.E.B. a sociedade que êle representava, e pelo sr. Evônio Marques, que se mudara do Rio de Janeiro, a Diretoria escolheu para o primeiro cargo o dr. H. C. Tucker, e para o último, o dr. Remigio Fernandes Braga, em 18 de julho de 1935. Conforme se vê no decorrer do relatório, 3 assuntos de importância a Diretoria resolveu ad-referendum da Assembléia: a aceitação de um membro efetivo, a criação de delegações regionais, e a filiação ao Conselho Missionário Internacional.

SECRETARIA GERAL

Encarregada do expediente e dos interesses gerais da Confederação, a secretaria geral, para atender a serviços específicos e a

assuntos internos que a reclamam, bem como a assuntos externos que se relacionam com os elevados propósitos da instituição, tem sobre si largas responsabilidades, que, por serem amplas e imprecisas, tomam boa parte das atividades de seu oficial. O vulto de responsabilidades entregues á mesma pessoa que acumula funções executivas num dos Conselhos não permite que haja todas as realizações desejáveis.

No que concerne á organização interna, especialmente a arquivos e estatística, existem, ainda, obstáculos na falta de recursos financeiros, e, em parte, na falta de um maior concurso dos que podem fornecer informações. O novo orçamento provavelmente vai tornar possíveis alguns dos melhoramentos que se impõem em nossas instalações, bem como remodelação de arquivos e novas fontes de necessárias informações. É urgente que, recebendo o concurso de todo o ministério evangélico, possuamos dados estatísticos e informações que nos libertem do constrangimento em que frequentemente nos põem muitos que solicitam nossos serviços, principalmente do estrangeiro ou de fora das Igrejas.

Do estrangeiro, com muita frequência traz o correio pedidos de dados sobre diversos assuntos religiosos ou sociais, e, uma e outra vez, o secretário geral deve preparar informes ou artigos sobre a situação geral da obra cristã no Brasil — sejam para o serviço da Comissão de Cooperação na América Latina, ou para revistas missionárias, como o "World Dominion" e "The Missionary Review of the World".

A secretaría tem dado atenção ao boletim "Unum Corpus", o qual, se houvesse recursos, publicaríamos mais ampliado, com notícias mais interessantes e discussões relativas ao trabalho no Brasil. Todos os ministros e todas as E. Dominicais das Igrejas filiadas á C.E.B., cujos endreços conseguimos; grande número de outras pessoas que têm permanente contacto com o Centro Brasileiro de Publicidade; escolas e instituições evangélicas; leigos que se interessam de modo particular na obra cristã — mais de 2.000 pessoas recebem nosso periódico, que leva informações frequentes sobre as várias obras da C.E.B. e algum estímulo à confraternização.

Durante o biênio, o secretário visitou os concílios supremos das Igrejas Presbiteriana Independente, Presbiteriana do Brasil, e Cristã

Evangélica do Brasil (em 936), falando sobre os ideais e empreendimentos da C.E.B.

Durante o biênio, a correspondência recebida pela secretaria geral (fora a dos Conselhos) foi de 962 cartas; a expedida elevou-se a 1.109, incluindo algumas circulares.

ASSUNTOS ESPECIAIS

1. Delegações Regionais

A Diretoria julgou de alta conveniência estabelecer, em determinadas zonas do país, Delegações Regionais, com tríplice finalidade: a) representar a C.E.B. e propagar os seus interesses; b) representar junto á C.E.B. a região nos assuntos necessários; c) dirigir-se ao público ou aos poderes públicos da região, em casos especiais. A extensão geográfica do país aconselha tal medida, afim de que todo o campo evangélico compreenda melhor a obra da C. E. B. e ela possa exercer mais convenientemente as suas funções. A 15 de janeiro de 1935, o plano foi aprovado, ad-referendum da Assembléia, e após a consulta aos delegados. Já foram designados os membros das Delegações de S. Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, embora ainda não estejam todas devidamente organizadas. A de S. Paulo já está prestando serviços com respeito ao futuro Congresso. É de esperar que todas sejam uteis e concorram para que a Confederação não seja mero aparelho burocrático da Capital da República.

2. Congresso Evangélico

Outra medida especial que a Diretoria tomou foi a que providencia a realização de um Congresso Evangélico. Para que não seja êle uma simples reunião para cultivo de fraternidade e discussões acadêmicas, sem projecção e sem frutos, obedece a algumas linhas diretrizes especiais: — plano antecipadamente aprovado pelos membros da Confederação, de maneira que haja delegações oficiais das Igrejas e demais organizações; representantes de classes especiais de instituições (como colégios, seminários, imprensa); temas escolhidos no menor número possível e relativos a matérias de real urgência ou magna importância; inquérito antecipadamente distribuído a líderes evangélicos, e suas conclusões, bem como as das teses.

distribuídas aos congressistas para base de discussão; encaminhamento imediato das resoluções do Congresso à C.E.B. ou às corporações interessadas, para fins de realização prática.

Depois de um preâmbulo sobre a situação geral do protestantismo, o Congresso terá 6 secções diante de si: “Evangelização”, “Educação” (incluindo a ministerial), “Mocidade”, “Publicidade” (incluindo a imprensa periódica e a Bíblia), “Questões Sociais” e “Relações Intereclesiásticas”; havendo sobre esses assuntos 9 teses e 3 relatórios de inquérito.

Não foi possível a reunião do Congresso em junho, no Rio de Janeiro, e está agora marcado para S. Paulo, de 3 a 8 de dezembro futuro.

A discussão franca de assuntos vitais ha de ser altamente valiosa.

3. Relações Internacionais

A Comissão de Cooperação na América Latina e a Associação Mundial de Escolas Dominicais — os grandes sustentáculos das antigas entidades Comissão Brasileira de Cooperação e Conselho Evangélico de Educação Religiosa do Brasil — continuam a ter estreitas relações com a obra da Confederação e a auxiliá-la, de maneira muito generosa e desinteressada, digna de nossa maior gratidão. Em março último, a Comissão de Cooperação na América Latina celebrou o seu 20.º aniversário, e nessa ocasião enviámos saudações e informes. A Associação Mundial de Escolas Dominicais acaba de realizar em Oslo a Convenção Mundial e reuniões complementares, e o rev. Rodolfo Anders, secretário executivo de nosso Conselho de Educação Religiosa, enviado pelos fundos especiais deste, retorna de sua viagem.

Conforme a referência já feita neste relatório, convém regularizar a nossa situação social, de forma que a C.E.B. figure como filiada a essas duas instituições internacionais e tenham elas representantes junto à Assembléia e os Conselhos interessados.

Estreitaram-se nossas relações com o Conselho Missionário Internacional, a organização ecumênica que concretiza os ideais do Concílio de Jerusalém, e que confedera muitas entidades cooperativas missionárias de algumas dezenas de países. Até 1935, o Brasil figurava nesse Conselho mediatamente, através da Comissão de Co-

peração na América Latina; mas, após devido entendimento, a Diretoria da C.E.B., ad-referendum desta Assembléia, resolveu pedir (a 19 de setembro de 1935) sua filiação direta, a qual foi muito honrosamente concedida (na reunião de Northfield, set.—out. de 1935).

Assim, a Confederação, sem prejuízo de suas antigas relações com a Comissão de Cooperação na América Latina, passa a figurar diretamente no rol dos membros do Conselho Missionário Internacional, tendo-lhe sido já designados 7 lugares no próximo Congresso que, 10 anos depois do de Jerusalém, e para a consideração dos mais elevados assuntos espirituais, vai reunir-se no Oriente em 1938. Mesmo quando nossas relações, já mencionadas, se faziam indiretamente, o Brasil teve sempre direito a 1 representante nas reuniões do Conselho. Por esse motivo, tratou-se da ida do secretário geral à reunião de Northfield, não tendo sido possível realizar-se a viagem, principalmente por falta de recursos econômicos: mas a Confederação foi representada naquela reunião, convenientemente, pelo prof. J. E. Moreland, do Colégio Porto Alegre, e que se encontrava de férias nos Estados Unidos.

Cumprе dizer, ainda, que a secretaría tem relações com os 3 grandes movimentos ecumênicos largamente conhecidos: o Conselho Universal de Cristianismo Prático (mais conhecido como “movimento de Estocolmo”, ou de “Life and Work”), Conferência Mundial de Fé e Ordem (ou movimento de Lausanne) e a Aliança Mundial pela Amizade Internacional por meio das Igrejas. O nosso Conselho de Igrejas, através de sua Comissão de Ecumenismo e Pacifismo, tem tratado de interesses dessas grandes instituições, com as quais a secretaría geral mantém correspondência. Esses movimentos têm, por sua natureza, relação imediata com as Igrejas, porém, como é conveniente, organizações como a C.E.B. são os elementos de ligação de que necessitam. No próximo ano, na Grã-Bretanha, vão realizar-se grandes congressos ecumênicos promovidos por essas instituições; 3 Igrejas brasileiras nomearam representantes para a Conferência de Fé e Ordem — a Congregacional, a Metodista e a Presbiteriana.

4. Homenagem

A Diretoria, em agosto de 1934, quando partia de férias para o estrangeiro o dr. H. C. Tucker, rendeu-lhe especial homenagem,

que foi extensiva á sua exma. esposa, sendo ofertada uma lembrança em nome do evangelismo brasileiro, a quem havia êle prestado grandes serviços, durante quase meio século.

CONSOLIDAÇÃO E PROGRESSO

Finalizamos nosso relatório, com algumas ligeiras observações que julgamos oportunas:

1. Quanto à consolidação financeira da C.E.B., cumpre lembrar que temos recebido, já, durante um período que diríamos quase excessivo, um grande e generoso auxílio econômico da World Sunday School Association e Committee on Cooperation in Latin America, o qual é necessário irmos, não muito vagarosamente, substituindo pelo nosso próprio esforço financeiro.

2. A contribuição do Brasil para as instituições cooperativas tem crescido já por parte das Igrejas e já por parte de indivíduos, porém está longe, muito longe, de alcançar o ponto em que teremos completa independência, e urge atingirmos logo esse ideal, se realmente a Confederação Evangélica para nós encarna interesses reais do evangelismo.

3. É preciso que todos nós cooperemos largamente na intensificação do espírito cooperativo, afim de que haja uma real cooperação prática de indivíduos e corporações. É com muito pesar nosso que os trabalhos dos vários departamentos da C.E.B. não raro encontram obstáculos na falta de resposta á correspondência e falta de comparecimento a reuniões.

4. Cumpre que as corporações evangélicas não empreendam suas obras, sem ter o espírito voltado para as corporações irmãs, cultivando o senso coletivo da atividade cristã, enxergando todos apenas uma grande Causa comum, que a todos inspire, para a glória do Senhor.

a) EPAMINONDAS M. DO AMARAL
Secretário Geral.

INFORMES DO CONSELHO DE IGREJAS EVANGÉLICAS DO BRASIL

Na forma do art. 31 do Regulamento da Confederação Evangélica do Brasil, vimos apresentar-vos os dados principais referentes à atividade do Conselho de Igrejas Evangélicas do Brasil no primeiro biênio de sua formal organização.

INSTALAÇÃO

Instalou-se o Conselho de Igrejas aos dias 19 do mês de junho de 1934, elegendo a sua Mesa, que funcionou integral quase até o fim do mandato, substituindo recentemente o rev. dr. Júlio C. Nogueira pelo rev. Matatias Gomes dos Santos, nos termos do Regulamento em vigor.

REUNIÕES

A Mesa reuniu-se quatro vezes formalmente e uma informalmente, tratando dos assuntos atinentes às suas atribuições.

ATOS DA MESA

1. Nomeou o rev. Odilon Moraes para diretor do Centro Brasileiro de Publicidade, por parte dêste Conselho.
2. Determinou que o Secretário Executivo acompanhasse os estudos sobre Problemas Sociais em uma comissão já nomeada pelo Conselho de Cooperação — o que foi efetivamente realizado.
3. Constituiu uma Comissão de Ecumenismo e Pacifismo, para atender não só ao movimento denominado de “Fé e Ordem”, como aos interesses da Aliança Mundial pela Paz através das Igrejas. Esta Comissão fez um trabalho prático, rogando a todas as igrejas

da C.E.B. orações pela Paz, no último dia comemorativo do Natal de Cristo.

4. Promoveu a celebração, por duas vezes (em 1935 e 1936), da Santa Ceia Interdenominacional, com êxito notável para o movimento de aproximação espiritual dos crentes do Rio e Niterói.

5. Concedeu ao sr. Virgílio Brito, evangelista leigo, uma recomendação para as Igrejas do norte do país, em viagem de evangelização que o mesmo cavalheiro fez a expensas próprias.

6. Pediu e obteve dos jornais evangélicos a redução de 50% nos preços das assinaturas respectivas para os ministros das Igrejas filiadas à Confederação.

7. Organizou, pelo Secretário Executivo, uma série de instruções ao ministério evangélico nacional sobre a lei do casamento religioso. Essas instruções, todavia, não chegaram a ser enviadas, por ter o projeto do Poder Legislativo sido vetado por S. Ex. o Sr. Presidente da República.

8. Apresentou a S. Ex. o Ministro das Relações Exteriores da República, as congratulações do Conselho pelo término da guerra na região do Chaco Boreal.

9. Obteve do Diretor do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal a declaração de que os professores e alunos das Escolas Municipais poderiam ser dispensados de ponto e frequência às reuniões e trabalhos marcados para os domingos.

10. Apresentou a S. Ex. o Sr. Presidente da República congratulações com a Nação pelo restabelecimento da ordem pública no país, após o movimento revolucionário de novembro de 1935.

11. Sobre o ensino religioso nas Escolas Oficiais, e na parte atinente a êste Conselho, como órgão de representação pública da C.E.B., pediu-se às autoridades eclesiásticas representadas no Conselho, autorização formal para ser o órgão coordenador no tocante à nomeação dos professores de religião. Obtivemos a resposta favorável da Igreja Metodista, da Igreja Independente e, virtualmente, da Igreja Presbiteriana do Brasil.

12. Autorizou as delegações da C.E.B. nos Estados em que forem constituídas — e que aceitamos como delegações do C.I.E.B. — a tratar do caso da nomeação de professores de religião, de acôrdo com as leis estaduais que forem sendo promulgadas e logo

que obtemos as últimas autorizações das Igrejas filiadas ao Conselho.

EXPEDIENTE

Além dos officios e telegramas referidos no parágrafo anterior, a Secretaria Executiva expediu outros de interêsse específico das suas funções, inclusive 160 circulares aos pastores do Rio e Niterói. Receberam-se officios das autoridades públicas, em resposta ou em agradecimento às representações anteriormente referidas.

a) BENJAMIN MORAIS FILHO.
Secretário Executivo.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE COOPERAÇÃO

Rev. Presidente e mais dignos delegados à Confederação Evangélica do Brasil.

Saudações cristãs.

Formado para o fim de “aproximar Igrejas e outras organizações cristãs, e coordenar, sempre que possível, os seus empreendimentos”, o Conselho de Cooperação procurou continuar, no biênio julho 935-junho 936, a obra que antes era atribuída à Comissão Brasileira de Cooperação, que desapareceu como elemento integrante da Confederação Evangélica do Brasil.

ORGANIZAÇÃO E REUNIÕES

Logo após a Assembléia fundadora da C.E.B., o Conselho, que é constituído de 7 membros, reuniu-se, escolheu seu presidente — o rev. Guaracy Silveira — e organizou 3 comissões de estudos: de *Evangelificação*, *Publicações* e *Problemas Sociais*. Para simplificar, e tratando-se de assuntos congêneres, foram aproveitados: para a primeira comissão, os representantes especiais de Igrejas e Missões (adiante mencionados) incumbidos da Campanha de Espiritualidade, e para a segunda, os diretores do Centro Brasileiro de Publicidade — revs. Odilon Moraes, Rodolfo Anders, e E. M. do Amaral — sendo escolhidos 3 membros consultivos: a snra. Otilia Chaves e os revs. dr. Livio Teixeira e Egmont M. Krischke. Para a Comissão de *Problemas Sociais*, foram indicados a snra. Eunice Weaver e revs. Carlos Godinho e dr. Benjamn Moraes Filho, sendo consultivos os revs. Natanel Cortez, Otoniel Mota e J. Severo da Silva. O secretário executivo, ex-officio, faz parte de todas as Comissões. Além dessas comissões, o Conselho tem mais uma especial, a de *Hinário* e outra em formação, de *Relações Eclesiásticas*, de que nos ocuparemos adiante.

Foram ainda realizadas, em ocasião oportuna, as 4 reuniões semestrais ordinárias, para ouvir relatório do secretário e tratar de interesses gerais (dezembro de 1934, junho e dezembro de 1935 e dezembro de 1936).

Os tópicos seguintes de nosso relatório abrangem os diferentes assuntos de que se ocuparam o Conselho, as suas comissões e a secretaria executiva.

CAMPANHA DE ESPIRITUALIDADE

Antes de fundar-se a Confederação, já havia a Comissão Brasileira de Cooperação dado passos no sentido de promover um movimento nos moldes do que foi depois levado a efeito pelo nosso Conselho, sob a denominação de *Campanha de Espiritualidade*. Com elementos especialmente escolhidos pelas Igrejas e por uma das Missões (Missão Pró Evangelização Mundial) filiadas à C.E.B., ficou organizada uma Comissão Executiva de que fazem parte os revs.: Galdino Moreira (presidente), Nemésio de Almeida (vice-presidente), Pedro Campelo, Eliel Martins, Carlos Godinho, Odilon Morais, H. S. Harris, e, ex-officio, E. M. do Amaral (secretário). Reuniu-se ela 2 vezes ainda em 1934, e mais 4 vezes em 1935, para dar início e andamento à Campanha e, especialmente, aprovar o seu programa.

O programa geral, divulgado nos começos de 1934, anunciava a Campanha de Espiritualidade sob 3 aspectos gerais: “despertamento” interno nas Igrejas, como base de ação; “evangelização”; e “renovação social”. Todo o 1.º semestre desse ano foi dedicado à propaganda, sendo feita não somente pelo boletim da C.E.B. e imprensa evangélica, mas ainda por intermédio de concílios e autoridades eclesiásticas, associações de pastores, etc.

O programa geral destinou o 2.º semestre de 1935 exclusivamente ao 1.º aspecto da Campanha, isto é, ao despertar espiritual. Preparou-se um formulário especial, com amplas sugestões, para servir de guia a pastores e diretores do trabalho evangélico, formulário que teve larga divulgação pela imprensa, e foi distribuído, através de mais de 6.000 avulsos, às diferentes igrejas locais. Assuntos particulares foram indicados para cada quinzena, nesse semestre.

Em fins de 1935, foi distribuído, de maneira semelhante, um formulário, com o fim de orientar o trabalho para o ano presente, sendo, então, apresentados às Igrejas os 3 aspectos da Campanha, periodicamente combinados, de modo a haver objetivos especiais para cada mês. Por meio dos jornais evangélicos, esses tópicos são lembrados, todos os meses.

Embora a Campanha esteja sendo feita com o apoio prévio, em tese, das várias Igrejas, e com a responsabilidade de representantes nomeados particularmente para esse fim, os programas têm sido remetidos a autoridades eclesiásticas e a concílios regionais, afim de que sejam mais conhecidas a natureza e as finalidades do movimento. É para registrar-se a boa vontade que tem respondido a esses apelos. Muito infelizmente, porém, não é possível a secretária ter conhecimento aproximado da extensão que a Campanha tenha alcançado. Referências de jornais e cartas, ou mesmo pessoais, e a ação de concílios mostram que as sugestões dos programas estão valendo. Não houve porém a notificação pedida, afim de avaliarmos a amplitude que tenha o movimento merecido.

A secretária pediu a alguns estabelecimentos que os estudantes, aspirantes ao ministério, fizessem nas férias propaganda da Campanha; e, em ocasião oportuna, sugeriu a líderes de várias cidades que procurassem fazer um movimento especial de evangelização em conjunto, da natureza do que fôra promovido na capital de São Paulo, em dezembro de 1935, pela juventude evangélica. Foram dados diferentes passos, também, no sentido de conseguir-se o serviço particular de obreiros para a obra de evangelização, dentro da Campanha, porém nada foi possível conseguir.

As despesas de expediente da Campanha têm sido feitas com fundos especiais: parte, cedida pela União de Obreiros Evangélicos do Rio de Janeiro, de um saldo deixado pelo Congresso de 1931, e parte, provinda de coletas, feitas no Rio e S. Paulo, em reuniões de confraternização.

Em dezembro, estará finda a Campanha. É evidente que ela não terá tido a amplitude e a intensidade almejadas. Já conseguiu, porém, interessar, simultaneamente, grande parte do evangelismo brasileiro num só grande objetivo espiritual, e nisso haverá um grande bem, ao lado das bênçãos particulares que a obra terá de deixar em muitos lugares; e é de esperar que ainda haja notícias

que deem melhor idéia da obra realizada. Não convém, todavia, que o movimento fique encerrado. Seria decerto vantajoso transformar em sugestões permanentes, adaptadas como é de mistér, as que inspiraram o movimento, e, mesmo, focalizar, para determinadas épocas futuras, alguns pontos da Campanha, especialmente os que demandam esforço cooperativo.

LITERATURA

No campo da literatura, cumpre notar o plano de comentários, expositivos e práticos, apresentado à Comissão de Publicações, e, depois de aprovado por ela, submetido ao Conselho, e por este adotado, em dezembro de 1934. Os revs. Odilon Moraes, R. Anders e E. M. do Amaral foram comissionados para cuidar dessa obra. Inicialmente, será empreendida a elaboração de certo número de livros, os mais urgentes, por diversos colaboradores, e para esse fim foram já tomadas várias providências. Importante e difícil, esse trabalho não poderá ser feito com precipitação.

Outra obra que ocupou a atenção do Conselho foi a da Concordância da Bíblia, cujos originais ha muito vinham sendo preparados, e que se vai chamar agora — “Chave Bíblica”. Os originais, embora com as citações prontas, ainda reclamavam grande soma de trabalho, tanto para redução do número de citações como para coordenação definitiva da matéria. Na reunião de junho de 1935, o Conselho resolveu mandar fazer a impressão do trabalho, que foi entregue, por intermédio do Centro Brasileiro de Publicidade, à Imprensa Metodista. O volumoso livro requer bastante trabalho dos gráficos, na composição, mas também, para correção de falhas e para economia de espaço exige grandes cuidados de revisão, a qual está entregue à competência do dr. Livio Teixeira, e demanda tempo. A obra vai ser vendida pelo menor preço possível e em condições especiais que facilitem a aquisição da obra.

Nas linhas da recomendação da Assembléia inaugural da C. E. B., lembrando “aos Conselhos de Cooperação e de Educação Religiosa o maior interesse na produção de literatura que atenda às nossas necessidades”, e pedindo que “os tres Conselhos deem o melhor amparo à obra do Centro Brasileiro de Publicidade”, o secretário deu grande parte de seu tempo aos interesses gerais do

Centro, em cuja Diretoria representou o Conselho de Cooperação, e, muito em particular, à formação e execução de um plano geral de livros que venham ao encontro das reais necessidades nossas, tendo sido já iniciadas algumas coleções e publicados livros avulsos, de que tratará o relatório do Centro.

Além das publicações mencionadas, outros trabalhos, na esfera da publicidade, reclamaram atenção da secretaria.

HINÁRIO

Antes de ser inaugurada a C.E.B., a Comissão Brasileira de Cooperação havia adotado a idéia, que foi apresentada a todas as Igrejas depois filiadas à Confederação, no sentido de cada uma nomear um representante especial para estudar o problema da unificação do hinário evangélico, então grandemente ameaçada. A idéia foi aceita pela unanimidade das Igrejas, e a Comissão de Hinário foi constituída em fins de 1934, quando já havia sido entabulada correspondência com os irmãos de Portugal sobre o assunto, e quando a C.E.B., ao inaugurar seus trabalhos, fizera pronunciamiento definido sobre a necessidade da unificação, e esta, na base de entendimento com os irmãos de além-mar, e ouvida a voz do Brasil. Constituíram a Comissão os revs. Matatias G. dos Santos, presidente, Otoniel Mota, Antonio de Campos Gonçalves, Franklin T. Osborn, Jayme Cook (depois substituído pelo rev. Guilherme Sunderland Cook), o dr. Henrique Jardim (agora substituído pelo sr. Manoel Porto Filho), e rev. Epaminondas M. do Amaral (ex-officio).

Bom acolhimento recebeu a matéria por parte de Portugal e da Religious Tract Society de Londres, proprietária dos “Salmos e Hinos”. Nossa Comissão deteve-se à espera de originaes dactilografados de uma revisão que se processara em Portugal, e ainda em correspondência com Londres, de onde recebeu exemplares de uma edição-prova da mencionada revisão.

Após exame da matéria em seus vários aspectos, em dezembro de 1935, a Comissão, que também recebera como subsídio à sua obra a revisão da Igreja Presbiteriana do Brasil denominada “Novo Hinário”, julgou que deveria “promover a elaboração de um novo hinário para a Confederação Evangélica do Brasil, aproveitando

para esse fim a contribuição literária portuguesa, na esperança de que venha êle a servir ao Brasil e a Portugal”.

Foram, então, adotadas estas linhas gerais no plano do novo hinário: “a) a escolha dos melhores hinos das coleções em uso e de antigas coleções; b) a inclusão de hinos tradicionais da Cristandade; b) a inclusão de novas composições, originais e traduzidas; d) nova versão de hinos bons, atualmente mal traduzidos; e) um apêndice, que comporte hinos pouco recomendáveis quando à forma, porém indispensáveis à Igreja”.

Em junho passado, a Comissão realizou, do dia 16 a 27, 10 longas reuniões, em que trabalhou ativamente, conseguindo bons resultados. Está sendo feito um estudo do livro “Salmos e Hinos” — cujas composições foram postas à nossa disposição pela sociedade proprietária. Esse estudo é feito comparativamente com outras coleções, que, a seguir, vão merecer cuidadoso exame. Providências já foram tomadas no sentido de ir-se coligindo também material novo, e dentro em breve vão ser abertos concursos.

A Comissão tem diante de si longa obra, de alta importância e delicadeza, e que reclama tempo e merece as simpatias e as orações das Igrejas.

QUESTÕES SOCIAIS. — CULTURA

Não foi dado à Comissão de Problemas Sociais realizar os trabalhos projetados, embora tivesse tido uma reunião e dado alguns passos. Seu propósito é fazer estudo de certas situações muito relacionadas com a moralidade social — como a venda de bebidas alcoólicas e outras — e transmitir os resultados ao Conselho de Igrejas, afim de que êle possa fazer representação junto aos poderes oficiais, no interesse do bem público. Desta forma, a Comissão, pelo entendimento havido, fará estudos para o Conselho, com economia de serviço.

Na esfera geral da cultura religiosa, cumpre lembrar que os esforços da antiga Comissão Brasileira de Cooperação em favor da existência de Centros de Cultura Espiritual foram continuados, em parte, pela secretaria executiva, e que ainda se mantém uma dessas organizações — a de Florianópolis. Importa reavivar essa obra, para fins gerais de educação espiritual e estudo de nossa história religiosa.

JUVENTUDE CRISTÃ

Apraz registrar que é muito animador o movimento espiritual da mocidade evangélica de nossos dias. No seio de várias Igrejas tem-se estimulado a criação de sociedades de jovens e mesmo a sua confederação.

O secretário executivo teve algumas oportunidades de cooperar com esse movimento. Nas relações com o Comité da Juventude do Rio de Janeiro, e especialmente em sua festa de aniversário (agosto de 934), e também no Congresso da Mocidade, em S. Paulo (outubro de 934), tratou do assunto palpitante da coordenação geral, intereclesiástica, das sociedades de jovens, idéia generosa que merece ser tratada com muita ponderação; e fez ainda o secretário uma série de preleções no Retiro da Mocidade, em Umuarama (dezembro de 934). Além de tomar parte nesses trabalhos de caráter geral, tomou a si uma pequena série de palestras no Colégio Bennett, do Rio de Janeiro (novembro, 934). Importa acrescentar que os interesses da mocidade têm sido objeto de correspondência especial, em diferentes ocasiões, e vão ser convenientemente estudados no próximo Congresso Evangélico.

MODUS VIVENDI

Dando apoio a trabalhos anteriores da extinta Comissão Brasileira de Cooperação, a Assembléia fundadora da C.E.B. recomendou que o nosso Conselho continuasse a empregar esforços em favor do “entendimento mútuo entre Igrejas e Missões, na ocupação dos campos de trabalho”.

Na realidade, não é possível que continue a obra evangélica sofrendo as graves inconveniências que resultam dos não poucos e nem sempre leves atritos verificados na expansão natural das diferentes Igrejas e Missões, e, muito em particular, na ocupação de novas zonas de evangelização.

O primeiro impulso no sentido de estudar mais de perto a matéria não deu resultados satisfatórios. Agora, porém, cumpre-me, com prazer, relatar que está muito bem encaminhado o propósito de formar-se uma comissão, em que figure um representante especial de cada Igreja ou Missão interessada, para elaborar um plano, a ser submetido ao estudo dessas entidades, e pelo qual se estabe-

lega, de maneira satisfatória, um “modus-vivendi” que traga paz, real cooperação, e beneficie a geral ocupação do campo evangélico. É muito provável que ainda sejam em 1936 iniciados os trabalhos da Comissão.

TRABALHOS DA SECRETARIA

Diferentes pequenos serviços frequentemente são solicitados da secretaria: como a distribuição metódica de Novos Testamentos a intelectuais, que estamos fazendo, por conta de irmãos do estrangeiro; a publicação, na imprensa evangélica, dos tópicos da Semana de Oração (gentilmente traduzidos por uma irmã); a cooperação no programa de estudos bíblicos de Umuarama.

A correspondência entrada durante o biênio foi de 363 cartas; e a expedida, 827 (cartas e algumas circulares).

A serviço especial de atividades do Conselho, o secretário executivo viajou 4 vezes, indo a S. Paulo (outubro de 1934 e julho de 1935) e Umuarama (dezembro de 1934 e janeiro de 1935); além de ter aproveitado outras viagens, no caráter de secretário da C.E.B., para serviços do Conselho.

O FUTURO

A despeito de deficiências da secretaria e limitação das possibilidades, ha obras realizadas, que não podem ficar apenas onde estão.

Os interesses relativos à unificação do hinário e à obra geral da literatura religiosa; o “modus vivendi” entre Igrejas e Missões; o movimento de renovação espiritual — são grandes responsabilidades que exigem da parte do Conselho esforços continuados no novo biênio, e pedem aos delegados o esforço especial que desperte maior compreensão e simpatia no grande público das Igrejas.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1936.

a) EPAMINONDAS M. DO AMARAL
Secretário Executivo.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Exmo. Sr. Presidente da C.E.B.

e Exmos. Srs. Delegados de Igrejas, Missões e Sociedades.

Cumpre-me, em obediência ao artigo XIX do Regulamento da C.E.B., apresentar-vos relatório dos trabalhos da Secretária do Conselho de Educação Religiosa, no biênio 1934-1936.

Obrigado a ausentar-me do país, por determinação do Conselho de Educação Religiosa, para representá-lo no Conselho Mundial de Educação Religiosa, a reunir-se em Oslo, e participar dos trabalhos da 12.^a Convenção Mundial de Escolas Dominicais, deixo o presente relatório em mãos do sr. Secretário Geral da C.E.B.

I EXPEDIENTE

O expediente em geral foi, durante o biênio, atendido normalmente, tanto no que diz respeito à correspondência, como no que se refere às conferências, visitas às Escolas, publicidade, etc. Desejamos destacar os seguintes tópicos:

1. **Correspondência** — Recebemos durante o biênio 1.081 cartas e expedimos 1.167 cartas e 4.974 circulares. Métodos e problemas de educação religiosa, literatura, folhetos, estatística, convenções regionais e preparação de obreiros são alguns dos assuntos que foram ventilados.

2. **Publicidade** — Durante o biênio foram publicados oito números do *Unum Corpus*, todos com uma secção sobre a obra de Educação Religiosa. Remetemos também diversos artigos aos jornais evangélicos sobre o assunto que nos é afeto e fizemos alguns

estudos sobre a obra de Educação Religiosa, a pedido, para Revistas nacionais e estrangeiras.

3. **Conferências e visitas** — Aproxima-se da casa dos 50 o número de conferências que o Secretário teve durante o biênio com líderes da obra evangélica e obreiros da Escola Dominical, no Escritório e fora dêle. Foram também visitadas diversas Escolas Dominicais, para fins de estudo, no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo e Paraná. O Secretário teve, durante o biênio, ocasião de representar o C.E.R. 28 vezes, em reuniões diversas.

Compareceu, também, a diversas das reuniões da Diretoria da C.E.B., a algumas reuniões do C. C. e, na qualidade de um dos Diretores do Centro Brasileiro de Publicidade, nomeado pelo C.E.R., tomou parte em todas as reuniões desta organização. Por determinação da Diretoria da C.E.B., como um dos membros da Comissão Organizadora do Congresso Evangélico, participou de todos os trabalhos preliminares já realizados.

4. **Convenções** — Realizaram-se, durante o biênio, duas Convenções Regionais da Escola Dominical, em Assis, Est. de S. Paulo, e em Curitiba, Paraná, com a presença do Secretário do C.E.R., ambas bastante concorridas e de resultados práticos apreciáveis.

A Secretária fez também a propaganda da 12.^a Convenção Mundial de Escolas Dominicais, tendo-se inscrito, apesar da situação um tanto anormal no Velho Mundo, sete delegados do Brasil, com a probabilidade de se inscreverem mais dois ou três, que já se encontram na Europa.

5. **Preparação de obreiros** — A Secretária manteve-se em correspondência com os líderes dos diferentes Campos, estimulando a obra de preparação de obreiros. Expedimos 174 certificados e um diploma do Curso Normal Modelo e 97 Diplomas do Curso Breve.

O Secretário organizou classes do Curso Breve em alguns dos subúrbios da Capital, nas quais 42 alunos foram diplomados, e iniciou um trabalho do Curso Normal Modelo, no centro da cidade, que sofreu, por motivos alheios à nossa vontade, uma pequena interrupção, depois de a classe haver cursado a primeira unidade.

6. **Finanças** — Os fundos especiais de Educação Religiosa foram aplicados segundo os orçamentos aprovados pelo C.E.R. e conforme documentação em mãos do sr. Tesoureiro da C.E.B. A Associação Mundial de Escolas Dominicais contribuiu com \$900.00 por ano, a Junta de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, com 6:000\$000 por ano, e a Igreja Presbiteriana do Brasil consagrou as ofertas de suas Escolas, levantadas no Dia Escola Dominical, ao Conselho de Educação Religiosa. As Escolas Dominicais das demais Igrejas cooperantes também consagraram, em geral, a êste fim as ofertas do Dia já referido.

A contribuição dos senhores Mantenedores do C.E.R. embora tenha sofrido algum decréscimo, continua a constituir fator ponderável das finanças dêste Conselho.

7. **Relatórios anuais e estatística** — A Secretaria recolheu os relatórios dos trabalhos das Escolas Dominicais do país, correspondentes aos anos de 1934 e 1935, classificando cêrca de 400 Escolas segundo um dos Padrões elaborados pelo C.E.R. e conferindo-lhes Diplomas e Selos de Ouro. Acaba também de levantar a estatística da Escola Dominical que, embora inclua alguns dados que não estão perfeitamente em dia, atingiu a 3.412 Escolas Dominicais, 14.832 oficiais e professores e 166.164 alunos, com uma matrícula total de 180.996, registrando, assim, um aumento de cêrca de 40% sôbre a estatística levantada em 1932, por ocasião da 11.^a Convenção Mundial de Escolas Dominicais. Nesta Estatística estão entretanto incluídas as Escolas Dominicais Alemãs, em franco desenvolvimento, que anteriormente não haviam sido computadas.

8. **Escola Bíblica de Férias** — A Secretaria fez alguma propaganda dêste departamento e levantou a estatística de 1933-1934 e 1934-1935. Está agora pedindo aos obreiros que lhe enviem a estatística de 1935-1936.

Neste trabalho, como em outros, a Secretaria não logrou levantar todas as informações que interessam, em vista da grande dificuldade em obter resposta às cartas e circulares que se enviam.

9. **Biblioteca Circulante** — A Associação Mundial de Escolas Dominicais doou ao C.E.R. uma Biblioteca Circulante de 100 obras sôbre os diferentes aspectos da educação religiosa, das quais já

recebemos 76 exemplares. Organizámos um pequeno Regulamento, que foi publicado no *Unum Corpus*, facultando a leitura dêsses livros a todos os interessados.

10. **Dia da Escola Dominical** — Em vista de objeções levantadas quanto à comemoração do Dia da Escola Dominical (antigo Dia de Rumo à E.D.), em Abril, submeteu-se o assunto à apreciação das Escolas, opinando a maioria pelo mês de Setembro, em vista do que o C.E.R. escolheu o quarto domingo dêsse mês para a sua comemoração. A mudança havida concorreu para que se observasse êsse Dia uma única vez durante o biênio, em Abril de 1935, com resultados apreciáveis, distribuindo-se 55.400 exemplares do folheto publicado pelo C.E.R.

Já estamos fazendo a propaganda e imprimindo os materiais para o 4.º domingo de Setembro.

II — TRABALHOS DA SECRETARIA

Não é fácil de fazer uma distinção entre trabalho da secretaria e expediente, mas desejamos sob êste tópico analisar alguns dos empreendimentos da Secretaria do Conselho de Educação Religiosa durante o biênio.

1. **Lições Dominicais** — Publicamos os seguintes Cursos: —

a) **Jardim da Infância** — A secretaria esforçou-se por publicar com a urgência que as Igrejas e Escolas Dominicais reclamam, literatura para os principiantes da Escola Dominical. Não quisemos, entretanto, que a pressa viesse a prejudicar a matéria. A comissão convidada, constituída de d. Aurora de Campos Kerr, de d. Amélia Kerr Nogueira e do Rev. William Kerr, já tem o seu trabalho bem adiantado. Entregámos em Maio p. p. os originais das primeiras 13 lições à Imprensa, para uma edição parcial, a título de experiência e para receber sugestões. Visto que as histórias podem ser contadas mais de uma vez às classes de principiantes, aguardaremos as sugestões dos obreiros de diferentes setores para depois publicar o Manual para um ano todo. Essas lições destinam-se ao uso dos obreiros, no trabalho das classes e do Departamento. O ciclo completo será de dois anos. Estamos estudando a possibilidade de

publicar cartões em côres, com versículos bíblicos, para distribuir entre as crianças, como lembrança da lição estudada.

b) Curso Primário — Desde o 2.º trimestre do corrente ano as lições do Curso Primário obedecem a um ciclo de três anos. Estamos também publicando um Manual do Professor do Departamento Primário, elaborado sob a proficiente direção de d. Nell P. Moore, com a colaboração de d. Marta Waltenburg, d. Juanita Campos e de outras professoras de Juiz de Fora.

Iniciámos o trabalho baseado no programa para o Primário, elaborado pelo Comité Central de Educación Religiosa en la América Latina, em vista das primeiras lições publicadas em castelhano e com o conhecimento do programa todo, para três anos.

A publicação em espanhol, entretanto, não está saindo com certa regularidade, pelo que as autoras estão suprimindo o material, aquí, dentro das linhas gerais do programa adotado. Este Curso destina-se a segunda meninice, ou seja à idade de 6 a 8 anos completos.

c) Curso Intermediário — O Curso Intermediário publicado para a última fase da meninice em um ciclo de três anos, de 1932 a 1934, está, em sua segunda edição, sofrendo a readaptação que a primeira experiência sugeriu.

Um inquérito feito recentemente entre os seus assinantes, de par com a demonstração da importância desta Revista e seu respectivo Manual, demonstrou que a maioria, embora aprecie as situações da vida e as ilustrações que publicamos na Revista para o aluno, deseja mais material bíblico, sugerindo alguns que se tenha apenas uma história bíblica nesta Revista e se publique a historieta ilustrativa no Manual do Professor. Para o corrente ano estamos seguindo o método de publicar, para todos os domingos, uma história bíblica, precedendo à “Situação da Vida”, figurando esta como elemento de ilustração. Qualquer mudança posterior deverá ser precedida de um estudo mais demorado do assunto.

A partir do 4.º trimestre dêste ano, publicaremos histórias para o Culto do Departamento Intermediário, no respectivo Manual.

A readaptação das lições do Curso Intermediário e a organização dos programas para o culto dêste Departamento estão sendo feitas pela Secretária, com a colaboração de d. Elvira Bastos Anders.

Esperamos que, com o aumento da tiragem e formação de am-

biente, seja possível, de futuro, publicar as sugestões pedagógicas para diversos departamentos em um só volume, reduzindo, assim, os manuais dos professores. Contudo, teremos que publicar, ainda por bastante tempo, as sugestões pedagógicas e os programas departamentais separadamente para cada Departamento.

Estamos assim nos aproximando do ideal de ver suprida a infância, desde a idade pre-escolar até a última meninice, de literatura apropriada e de programas para o trabalho departamental.

Esses programas para a infância e a meninice têm absorvido grande parte do tempo do Secretário Executivo e dos seus auxiliares, mas julgamo-la bem empregada.

Tivemos recentemente notícia de que professores normalistas de um dos Estados sulinos, por iniciativa de professoras crentes, estão executando nas Escolas Públicas trabalhos inspirados nos "Trabalhos a Executar" que estamos, já há algum tempo, publicando no Curso Primário.

d) Literatura para Moços e Adultos. — A Secretaria do C. E. R. vinha verificando em seus estudos que o antigo programa internacional para as Escolas Dominicais não estava satisfazendo plenamente. Aprovado o Programa Brasileiro para a Escola Dominical pelos Membros da C.E.B. a Secretaria do C.E.R. organizou um plano de lições para moços e adultos — ciclo de sete anos, e no fim do ano de 1934 e no decorrer de 1935 escolheram-se os textos bíblicos, os textos áureos e as leituras diárias para os primeiros dois anos do ciclo e já se está preparando o programa para 1937. Este plano, que está em vigor desde Janeiro de 1935, foi muito bem aceito e tem contribuído para o aumento da tiragem das Revistas.

Diversos dos grupos independentes que recebiam os tópicos internacionais por intermédio da Secretaria do C.E.R. resolveram adotar o Programa Brasileiro.

Por iniciativa do sr. J. P. da Conceição, travámos relações com a Federação de Escolas Dominicais de Portugal, com muita probabilidade de ser o Programa Brasileiro adotado na Pátria-Mãe, e, quiçá, até a nossa literatura, em maior grau do que até o presente. O *Amigo da Infância* está já há algum tempo publicando o Programa Brasileiro ao lado do Internacional.

O dr. Robert M. Hopkins, ilustre Secretário Geral da Secção

Americana da Associação Mundial de Escolas Dominicais, depois de visitar as colônias portuguesas na África, escreveu-nos expressando o seu desejo e o ideal de que o Brasil, em futuro não muito remoto, se torne o centro de irradiação de programas, métodos e literatura para todo o mundo que fala o idioma do grande épico português.

Uma das necessidades prementes das Escolas Dominicais, qual a de se publicarem dois cursos para os adultos: um Popular e outro Superior, foi atendida durante o biênio.

Os Cursos Secundário, Popular e Superior estão saindo normalmente, processando-se continuamente a melhor adaptação ao fim e ao meio a que cada um se destina, segundo as nossas observações e sugestões que colhemos. Êsses Cursos estão atualmente aos cuidados dos seguintes colaboradores — Secundário — Rev. Benjamin Morais Filho, Popular — Prof. Evônio Marques, e Superior — Rev. Galdino Moreira.

A Revista do Professor, que agora estuda apenas a lição para os moços e os adultos, com sugestões pedagógicas para cada um dêsses grupos, está sendo continuamente ampliada, dentro das necessidades do meio, sob a direção do Secretário Executivo do C.E.R.

A orientação seguida com os Cursos do Programa Brasileiro é a de que as Revistas para os alunos tragam estudos das lições e a Revista do Professor, além das sugestões pedagógicas, faça estudos gerais de introdução ou coordenação da matéria, um comentário do texto e sugira ilustrações. Estamos tanto quanto possível evitando a repetição da matéria de uma em outra Revista.

Publicamos assim, nove Revistas para a Escola Dominical, a saber — *Jardim da Infância*, *Curso Primário*, *Manual do Professor do Primário*, *Curso Intermediário*, *Manual do Professor do Intermediário*, *Curso Secundário* (Adolescência), *Curso Popular* (Adultos), *Curso Superior* (Adultos), e *Revista do Professor* (para os professores das Classes de moços e adultos), três das quais foram criadas durante o biênio.

O programa geral resente-se, entretanto, ainda, de uma lacuna — um Curso para a primeira adolescência. Criado êste Curso, poder-se-á transformar o Curso Secundário em Revista da Mocidade, que obedecerá ao ciclo de sete anos do Programa Brasileiro.

Para esta iniciativa, entretanto, ainda não há mercado nem recursos financeiros.

A Secretaria estuda cuidadosamente todos os originais antes de remetê-los à Casa Impressora, com o fim de alcançar a coordenação dos Cursos entre si e a adaptação de cada Revista ao meio e ao grupo de alunos a que se destina.

A tiragem total das Revistas, no último trimestre, foi acima de 60.000 exemplares, com um aumento de 25% durante o biênio.

A Secretaria tem tomado todas as medidas possíveis para que a literatura para a Escola Dominical chegue às mãos dos assinantes, mesmo nos mais longínquos rincões da Pátria e em Portugal, com a necessária antecedência.

Outrossim, temos estimulado a iniciativa dos obreiros — pastores e leigos — de se externarem sobre o trabalho e nos enviarem as suas sugestões, que têm sido atendidas dentro do possível.

2. **Compêndios para os Cursos Normais.** — Estão esboçadas as seguintes obras: — 1. “O Estudo do aluno” — 2. “O duplo programa da Igreja - Evangelização e educação” — 3. “O Velho Testamento” — 4. “O Novo Testamento” — 5. “Princípios de Pedagogia Religiosa” — 6. “Os ensinamentos dos Profetas” — 7. “A adoração na Escola Dominical” — 8. “A arte de contar histórias” — 9. “A História da Igreja Cristã” e 10. “Manual do Obreiro da Escola Dominical”. A maioria dos autores trabalhou ativamente durante o biênio. Todos eles têm muitos afazeres e responsabilidades outras, motivo por que não nos é possível concluir esta série com a presteza que seria de desejar.

Já recebemos os originais de *Os Ensinamentos de Jesus*, da autoria do Prof. S. U. Barbieri, que foram estudados pela Secretaria e estão em vias de ir para o prelo.

O Secretário do C.E.R., valendo-se das últimas férias anuais, escreveu o seu trabalho sobre a *Escola Dominical* (organização e administração) e espera, durante a viagem de ida e volta à Europa, revê-lo, para que seja publicado ainda este ano.

Esperamos também ver concluídas algumas das obras acima referidas, ainda este ano.

3. **Ensino Religioso nas Escolas Públicas.** — Em face da nova legislação no Brasil, que instituiu o ensino religioso nas Escolas

Públicas Primárias, Secundárias e Profissionais, e em vista da falta de regulamentação da lei por parte de muitos dos Estados da Federação, a Secretaria organizou um programa provisório, indicando compêndios já existentes, programa êsse que ficará em vigor até que as condições autorizem a inversão de capitais, para a produção de literatura mais apropriada.

4. **Outras publicações.** — Dentro das possibilidades e atendendo às necessidades mais prementes, publicámos durante o biênio os seguintes folhetos e impressos:

Fichas de Registro do Curso Normal	2.000
Certificados do Curso Normal	2.500
Diplomas do Curso Breve	300
Diplomas do Curso Normal Modelo	300
Minutas para o relatório anual	2.000
Minutas para pedidos de material para o Dia da E. Dominical	2.000
Envelopes para as ofertas individuais (Dia da E. D.) .	42.500
Folheto — “A Escola Dominical” (Dia da E. D.)	55.400
Folheto — descrição dos padrões (4) para a E. Dominical	4.000
Folheto — “O Curso Normal Modelo”	4.000
Folheto — “O Departamento do Lar”	1.000
Diploma da Escola “Pioneira”	600
” ” ” “Esperança”	450
” ” ” “Progresso”	150

Estão no prelo dois folhetos e outros materiais que só poderão ser relatados mais tarde.

Outros trabalhos há que deveriam ter sido feitos. A Secretaria, entretanto, teve todo o seu tempo tomado, trabalhando com afinho durante o biênio. A obra do C.E.R. cresce todos os meses, o que torna difícil atender a todos os seus aspectos, com a presteza que seria de desejar. Contudo, louvamos a Deus pelo que êle concedeu fizéssemos, pela sua bondade infinita, nestes últimos dois anos. Pedindo ao Altíssimo que supra a nossa deficiência com a sua graça, expressamos o nosso agradecimento à Confederação Evangélica do Brasil pela confiança em nós depositada e às Igrejas, Missões e Sociedades, bem como aos obreiros do Mestre, que conosco cooperaram, registramos aqui o nosso sincero reconhecimento.

Humildemente, vosso em Cristo.

a) R. ANDERS

Secretário Executivo

RELATÓRIO DO CENTRO BRASILEIRO DE PUBLICIDADE

Quando se instalou a Confederação Evangélica do Brasil, em junho de 1934, o Centro Brasileiro de Publicidade, que durante muitos anos funcionara como mero departamento da Comissão Brasileira de Cooperação, estava sendo administrado, desde dezembro de 1933, por uma diretoria em que entravam representantes dessa entidade e das outras duas que com ela se fundiram — a Federação de Igrejas e o Conselho de Educação Religiosa — de acordo com novo plano então adotado, o qual, em substância, é o que tomou a forma do Regulamento que agora rege o Centro, e que lhe dá, como aparelho central e intereclesiástico de distribuição de literatura e edição, uma relativa autonomia, sendo seus diretores escolhidos pelos Conselhos da Confederação, ficando a ela sujeitas suas contas, e sendo o Centro o seu órgão editor.

Sob forma nova, e tendo passado por algumas transformações que vamos expor, o Centro Brasileiro de Publicidade, gozando hoje de um pouco mais de recursos e maior capacidade, é, na essência e no espírito, a mesma obra que surgiu, lustros passados, sob a inspiração e cuidados do saudoso prof. Erasmo Braga, auxiliado pela boa vontade de alguns amigos, e especialmente da Sociedade Bíblica Americana, que, longos anos, amparou sua existência, anexando-o à sua loja.

FINALIDADES

O Centro vai cumprindo a quádrupla finalidade que lhe prescreve o seu Regulamento: a) distribue, e de maneira crescente, a literatura religiosa e boa literatura geral que se publica em nossa língua, tendo organizado um catálogo em que, sob numerosos títu-

los, distribue, por assuntos, a literatura mais conveniente ao nosso povo, editada por diferentes casas no Brasil e Portugal; b) continúa sendo intermediária de encomendas de livros e periódicos, num trabalho em que procura ser útil ao público evangélico para incrementar o conhecimento de literatura estrangeira, e no qual, em determinados casos, alcança recompensas que auxiliam financeiramente a sua obra geral; c) como editor da C.E.B., está encarregado, presentemente, de publicar um livro importantíssimo, pertencente ao Conselho de Cooperação — a “Chave Bíblica”, ora em composição na Imprensa Metodista, em S. Paulo; d) está empreendendo edições próprias, conforme será mais largamente exposto, a seguir.

EDIÇÕES

A Diretoria tem o intuito de organizar com as publicações do Centro — as que êle edita em nome dos Conselhos da C.E.B. e as que edita com os seus próprios recursos — um plano geral, amplo, que, na medida dos poucos recursos dessas entidades, possa, da melhor maneira, ir ao encontro das necessidades de nosso meio. Deve notar-se, é claro, que esse plano, por força das circunstâncias, é modesto, e também que êle não importa em tirar a liberdade das casas editoras.

O Centro já iniciou dentro desse plano geral, algumas séries:

a) “**Coleção Erasmo Braga**”, dedicada a estudos relativos à Igreja e ao Cristianismo, de autores nacionais, e da qual foi publicado o vol. I, em setembro de 1934 — “Magno Problema”, de E. M. do Amaral, sobre união eclesiástica; e em breve será publicado o vol. II, do prof. Otoniel Mota, sobre “O Cristianismo e a Atualidade”;

b) “**Horas de Recolhimento**”, coleção de leituras devocionais, tendo já sido publicados 2 vols.: “Silêncio e Oração”, de Wilfred Monod, traduzido (em junho de 1935, e já exgotado), e “Realidade e Religião”, do Sadú Sundar Singh, traduzido (em outubro de 1935), devendo publicar-se, em breve, um volume com orações de Rauschenbusch;

c) “**Pioneiros do Ideal**”, coleção de biografias, já publicadas 2, originais: “Florence Nightingale”, por Eunice Weaver (em

dezembro de 1934), e “Alberto Schweitzer”, de Carlos Godinho (em dezembro de 1935), estando em preparo a biografia de “Oberlin”, por Odilon Moraes;

d) “**Aventura e Heroísmo**”, série de livrinhos, em especial para adolescentes, com narrativas de aventuras ou episódios históricos, de fundo religioso, tendo sido publicados 2 vols.: “Wong Dan, o Valoroso” (dezembro de 1935) e “Flechas Envenenadas” (junho de 1936).

Mais 2 coleções devem ser logo iniciadas — a “Série Educação Religiosa”, de livros especiais do Conselho de Educação Religiosa, e uma série de livros, originais e traduzidos, sobre assuntos gerais de religião. Mais para o futuro, virá a coleção de comentários bíblicos, que o Conselho de Cooperação vai preparar; e, possivelmente, livros de ficção.

Obras avulsas também são editadas, como o “Comentário a S. João”, de Ryle, estranho à série projetada (saindo em novembro de 1934) e a “Chave Bíblica”, pertencente ao Conselho de Cooperação, e que está sendo composta.

Essas edições mencionadas alcançaram o total de 11.200 exemplares.

Além desses livros, pertencem ao Centro 2 outros que não foram por êle editados, e que ha anos estão no mercado — “O Comentário a S. Lucas”, de Ryle, e a “Tragédia de Guanabara”. (*)

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. **Diretoria.** Durante o biênio, a Diretoria reuniu-se 11 vezes (5, no ano de 1934; 5, no 1935, e 1 no ano corrente), para tratar de vários assuntos: questões gerais de administração e gerência, elaboração de orçamento, particularidades relativas a edições, etc.

2. **Melhoramento administrativo.** A partir de maio de 1935, não tendo sido possível o Centro continuar anexado à loja da Sociedade Bíblica Americana, por necessidade desta, passou êle a ocupar sala separada, na sobreloja do mesmo edifício, e a ter ge-

(*) Na data deste relatório, fora do período que êle abrange, ha mais um livro avulso, publicado — “A Verdade e os Erros do Marxismo”, traduzido, do escritor mexicano Pedro Gringoire (pseudônimo).

rente próprio, o sr. E. M. do Vale. Por longos anos, consagrados serviços de gerência prestara o sr. Júlio Dantas, funcionário da Sociedade Bíblica Americana. Cessou também o serviço regular de expediente por parte do escritório da Comissão Brasileira de Cooperação e da Confederação Evangélica do Brasil (algum tempo mediante remuneração). Por esse mesmo tempo, foram dadas ao Centro modestas mas adequadas instalações (loja, depósito e escritório), em sua pequena sala. Depois de alguns meses, insuficiente já o auxílio parcial prestado por funcionários da C.E.B., exigiu o crescente serviço da instituição o tempo integral de um auxiliar (dezembro de 1935).

3. **Progresso financeiro.** Não é possível fazer-se uma comparação rigorosa com o passado, mas é seguro afirmar: que a vida do Centro em separado, as suas novas edições e algumas providências tomadas, determinaram grande aumento de receita. O Centro, a partir de 1933, começou a dar mais cuidado à organização de pequenas agências, e incrementou esse trabalho desde 1935: quase todas são modestos mas operosos núcleos de disseminação de literatura. Simultaneamente, foi tentada, com êxito, a instituição de “cooperadores do livro”, um corpo de pessoas de boa vontade que adquirem todas as novas edições do Centro. Cresceu, assim, grandemente, na sua pequenez, a receita, de maneira que podemos hoje anunciar que alcançámos esta dupla situação favorável, que ainda pode ser bastante melhorada: os lucros mensais cobrem todas as despesas (aluguel, ordenados, impostos, expediente), e as edições novas saem com sérias garantias.

Nesta conexão, importa igualmente informar que o Centro, embora procure vender, pelo menor preço possível, bons livros a que se esforce para dar a melhor aparência, faz sempre despesas regulares com originais que edita. Dá porcentagens a autores; tem pago direitos autorais, embora despretenciosos, no caso de todos os livros editados até junho; tem remunerado os tradutores, e os autores de livros que ficam pertencendo ao Centro. Na humildade de todas essas transações, estamos criando em nosso meio o regime normal da recompensa do trabalho, em vez do prejuízo pecuniário de quem já gastou energias intelectuais nos livros que deseja lançar à publicidade.

Nas contas anexas apresentadas pelo gerente, vê-se que o Centro possui um ativo animador.

O FUTURO

Será de conveniência que o Centro, no futuro: amplie sua obra de distribuição e edição, nos moldes presentes, de crescimento moderado e seguro; coordene, de acordo com o trabalho do Conselho de Cooperação, a sua obra editora com a das diferentes casas evangélicas; tenha uma organização que lhe dê autonomia completa, sem perda, em absoluto, de suas relações estreitas com a Confederação Evangélica do Brasil, para serviço da causa geral.

a) EPAMINONDAS M. DO AMARAL
Secretário Geral da C. E. B.

CONSTITUIÇÃO

da

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

A associação, fins e sede

Art. 1.º — A Confederação Evangélica do Brasil, representativa de Igrejas (confissões religiosas), de Missões e de associações evangélicas de caráter geral, e agindo somente em nome delas, que conservam sua plena autonomia, tem como finalidade expressar e estimular a unidade substancial do protestantismo, coordenar suas forças em ação conjunta, e manter relações com a Igreja de Cristo em todo o mundo.

Art. 2.º — A Confederação tem sua sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro.

Membros

Art. 3.º — Podem ser membros da Confederação: Igrejas (confissões religiosas), organizações missionárias estrangeiras com trabalho no Brasil, e sociedades que façam, no país, obra de caráter geral sob orientação evangélica.

Art. 4.º — Os diversos membros da Confederação nela se fazem representar: as Igrejas, nomeando cada uma três delegados, e as demais organizações, um delegado cada uma.

Art. 5.º — A Confederação permitirá a cooperação de Igrejas (confissões religiosas ou igrejas locais), associações ou indivíduos que, embora não possam filiar-se como membros, queiram participar de suas atividades.

Orgãos e funções

Art. 6.º — A Confederação executa seus fins: a) por intermédio de três departamentos, ou Conselhos, seus órgãos normais de trabalho; b) de organizações autônomas, ligadas a ela através dos Conselhos.

Art. 7.º — Os três departamentos da Confederação denominam-se: a) Conselho de Igrejas Evangélicas do Brasil, para os fins de representação pública do protestantismo e relações eclesiásticas; b) Conselho de Cooperação, cujo fim é atender aos interesses gerais da cooperação no terreno religioso e social; c) Conselho de Educação Religiosa, que promove a cooperação específica na esfera da educação religiosa.

Art. 8.º — O Conselho de Igrejas Evangélicas do Brasil é formado, automaticamente, dos delegados das Igrejas junto á Confederação e somente deles; o Conselho de Cooperação e o Conselho de Educação Religiosa são constituídos de acordo com o que o Regulamento Geral determinar.

Art. 9.º — Os Conselhos são autônomos, nos seguintes termos:

I. A Confederação, em Assembléia, dará orientação geral ao trabalho do Conselho de Cooperação e do Conselho de Educação Religiosa, e sugerirá medidas que julgar oportunas ao Conselho de Igrejas Evangélicas do Brasil.

II. O Conselho de Cooperação e o Conselho de Educação Religiosa, de acordo com o Regulamento Geral e as determinações da Assembléia da Confederação, têm liberdade de iniciativas, submetendo a esta, periodicamente, relatório de seus atos; o Conselho de Igrejas Evangélicas do Brasil, autônomo em suas deliberações, dará á Assembléia informações, que serão incluídas no relatório geral desta.

Art. 10.º — Por intermédio de órgãos competentes, a Confederação manterá a devida relação com organizações cooperativas de carater internacional.

Art. 11.º — A Confederação é administrada por uma Diretoria, composta de presidente, representante legal da Confederação, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente, secretário geral, tesoureiro e outros membros que o Regulamento Geral determinar; e reúne-se periodicamente em Assembléia, para orientação geral do trabalho, para ciência ou aprovação dos atos dos Conselhos.

Disposições Gerais

Art. 12.º — A Confederação terá um Regulamento Geral, aprovado pela Assembléia e por esta reformavel em qualquer tempo.

Art. 13.º — Os bens da Confederação constarão: dos bens e fundos existentes nas três organizações unificadas; de verbas que lhe forem votadas por seus membros e outras organizações; de ofertas de indivíduos e coletividades; de legados e doações que lhe forem feitos, respeitada a intenção dos contribuintes e doadores, ou de bens que venha a adquirir.

Art. 14.º — A Confederação constitue-se em personalidade ju-

rídica, segundo as leis do país, para administrar os seus negócios, os dos seus Conselhos e de comissões destes.

Art. 15.º — Os membros filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Confederação.

Art. 16.º — A presente Constituição só pode ser reformada mediante proposta da Assembléia, submetida aos membros da Confederação, e quando homologada por dois terços das Igrejas e um terço das demais organizações.

Art. 17.º — A Confederação será considerada dissolvida: a) automaticamente, quando o número de seus membros ficar reduzido a um somente; b) mediante resolução de três quartos dos delegados presentes a uma Assembléia especialmente convocada para tratar da dissolução.

§ único. — Ao membro restante da Confederação, no primeiro caso, ou á Assembléia que deliberar a dissolução, no segundo, compete, liquidado o passivo que houver, resolver sobre o destino dos bens que existirem, de acordo com a intenção dos doadores, e atribuindo os bens a instituições que tenham a maior afinidade possível com a Confederação.

Obs. — As “organizações unificadas” a que se refere o art. 13.º, são — a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, a Comissão Brasileira de Cooperação e o Conselho Evangélico de Educação Religiosa do Brasil, que, a 19-VI-934, se fundiram, formando a Confederação Evangélica do Brasil.

Princeton Theological Seminary Libraries



1 1012 01235 9685

